

# economia

## Programa que pagará salários no RS já está aberto

Desembolso previsto pelo governo é de R\$ 1,5 bilhão, abrangendo trabalhadores de 444 cidades gaúchas afetadas

### / RETOMADA

O governo federal abriu nesta quinta-feira o prazo de inscrição para empresas afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul participarem do programa que pagará duas parcelas mensais de um salário mínimo, hoje em R\$ 1.412, a trabalhadores, estagiários e jovens aprendizes contratados. Além deles, o programa também pagará o mesmo valor para empregados domésticos inscritos no eSocial até 31 de maio de 2024, e pescadores profissionais artesanais que recebiam o seguro-defeso.

O programa foi criado para preservar postos de trabalho, já que as empresas que aderirem terão de manter os funcionários por quatro meses. O ministro Paulo Pimenta (Reconstrução do Rio Grande do Sul) prevê que o investimento será de R\$ 1,5 bilhão, abrangendo trabalhadores de 444 cidades em estado de calamidade

pública ou em situação de emergência devido às enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul no final de abril.

O pagamento será feito após identificação por meio de geolocalização das empresas cadastradas ou dos domicílios de empregados domésticos e pescadores. Elas devem estar nos municípios das 444 cidades em estado de calamidade pública ou em situação de emergência.

As empresas terão de realizar a inscrição pelo portal Emprega Brasil - Empregador (<https://servicos.mte.gov.br/empregador/>) até às 23h59 da próxima quarta-feira (26). Não será permitida a inscrição de empresas públicas ou de sociedade mista. Quem aderir precisa entregar uma declaração de redução do faturamento e da capacidade de operação em virtude das enchentes, e cumprir mais três regras.

Após a inscrição, o governo



Empresas podem fazer adesão à iniciativa, que visa manter empregos

irá verificar se a empresa atende as condições e fará o cruzamento de dados dos trabalhadores com as informações que constam no CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), no seguro-desemprego, no eSocial, no SIRC (Sistema Nacional de Informações de Registro Civil) e no Sistema de Controle de Óbitos. Em caso de aprovação,

o pagamento será feito pela Caixa Econômica Federal em duas parcelas: 8 de julho e 5 de agosto.

O cadastro dos empregados domésticos no programa terá início às 0h01min de 29 de junho e irá até às 23h59min de 26 de julho. A solicitação deve ser feita no portal Emprega Brasil ou aplicativo da Carteira de Trabalho Digi-

tal, que pode ser baixado nas lojas oficiais da PlayStore (para celular Android) ou AppStore (para iOS). O desenvolvedor é Serviços e Informações do Brasil.

O pagamento será feito a quem estiver inscrito no eSocial até 31 de maio. O ministério deve seguir um calendário, que ainda será divulgado, para repassar o valor de julho aos empregados domésticos. Já a segunda parcela será em 5 de agosto.

Já os pescadores que terão direito precisam estar no seguro-desemprego da profissão, mas não podem ter sido inscritos por causa do período de defeso, quando a pesca é proibida para preservação de espécies.

De acordo com a portaria, o governo usará os dados do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) para determinar os pescadores que poderão receber as duas parcelas, que serão pagas em 8 de julho e 5 de agosto.

## Equipe econômica vê unanimidade no Copom como acertada para evitar crise

### / CONJUNTURA

A decisão unânime do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) de interromper o ciclo de corte de juros foi vista pela equipe econômica como acertada e crucial para evitar uma deterioração nas condições de mercado do País. Em meio à expectativa de investidores que temiam uma divisão no colegiado diante da pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a unidade do Copom foi vista por integrantes do governo como necessária contra uma nova escalada do dólar.

Nos bastidores, fontes destacaram ainda que uma eventual divergência na votação poderia ter desencadeado uma crise de confiança e levado a um aumento nas taxas de juros de longo pra-

zo. Essa visão foi expressa por três integrantes da área econômica do governo.

A repercussão da decisão é observada após o governo fazer uma nova ofensiva contra o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e ao patamar de juros no país na semana em que o Copom decidiria se cortaria novamente a Selic ou se a manteria como está.

Os analistas consideravam que, se o Copom cedesse à pressão e os indicados por Lula expressassem divergência em relação aos demais na decisão de quarta-feira, ficaria sinalizada uma política monetária mais frouxa para o ano que vem. Essa apreensão se deve ao fato de que, em 2025, os indicados pelo petista terão maioria no colegiado (hoje são quatro de um total de nove integrantes).

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) foi questionado sobre o tema durante evento no Rio de Janeiro e disse que só se posicionará após a publicação da ata, prevista para a próxima terça-feira. Acrescentou, no entanto, que tem confiança nas pessoas indicadas. “Se eu falar sobre isso, vai ser depois da ata, como eu tenho feito nas últimas ocasiões. Vou ler, vou ler o comunicado com calma, e semana que vem tem a ata. Mas, de novo, eu tenho confiança nas pessoas indicadas”, disse. “Nós vamos subir num rumo forte da economia, vai crescer, gerar emprego.”

Enquanto isso, integrantes do PT criticaram o Banco Central. Entre os membros da sigla, a decisão foi chamada de sabotagem contra o governo e a unanimidade do colegiado foi vista como lamentável.

Nos bastidores, ao menos um integrante da sigla criticou Gabriel Galípolo, diretor do BC indicado por Lula e cotado para presidir a autarquia a partir do ano que vem no lugar de Roberto Campos Neto. A visão manifestada é a de que Ga-

lípulo agradou ao mercado e desagradou ao petista. O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, disse ser preciso ver a ata da reunião. Segundo ele, em breve, estará configurado o compromisso do governo com a austeridade fiscal.



MARCELLO CASAL JR./EBC/JC

Unidade é vista como necessária contra uma nova escalada do dólar

## ‘Foi uma pena’, disse presidente Lula sobre decisão do colegiado

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lamentou a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de manter a taxa Selic em 10,50% e afirmou que “foi uma pena”, em entrevista nesta quinta-feira. Na ocasião, Lula voltou a criticar o patamar da taxa de juros atual e sugeriu que esses pagamentos sejam transformados

em gastos. O presidente também acusou bancos privados de preferirem “ganhar dinheiro com a alta taxa de juros”, em vez de oferecerem crédito.

“Então, foi uma pena. Foi uma pena que o Copom manteve, porque quem está perdendo com isso é o Brasil, é o povo brasileiro. Porque quanto mais a gente pagar de juros, menos di-

nheiro a gente tem para investir aqui dentro. E isso tem que ser tratado como gasto”, disse Lula. “Eu não vejo o mercado falar das pessoas que necessitam do Estado.”

O presidente também disse que “os que tão em cima”, em referência aos mais ricos, “não querem que os que estão embaixo subam no degrau”. Além dis-

so, defendeu uma política do governo de melhorar áreas sociais como saúde e educação com “gastos necessários”.

O petista voltou a criticar ainda a autonomia do Banco Central e afirmou que o atual presidente da instituição, Roberto Campos Neto, tem o mesmo nível de autonomia que tinha Henrique Meirelles, que foi presidente do

Banco Central nos governos do PT dos anos 2000. “Eu fui presidente oito anos. O presidente da República nunca se mete nas decisões do Copom ou do Banco Central”, afirmou. “O Meirelles tinha autonomia comigo tanto quanto tem esse rapaz de hoje. Só que o Meirelles eu tinha o poder de tirar, como o Fernando Henrique Cardoso tirou tantos.”